

Oito anos de PNAD Contínua (2012-2019): regularidades para desigualdade de renda trimestral e mercado de trabalho

Eight Years of PNAD Continua (2012-2019): Regularities in Income Inequality and Labor Markets

Fabício Pitombo Leite*

Resumo

Esta nota reavalia a evolução da desigualdade de renda no Brasil entre 2012 e 2019, conforme representada pelo índice de Gini para o rendimento domiciliar *per capita* efetivo de todos os trabalhos computado a partir dos microdados trimestrais da PNAD Contínua. Regularidades com relação ao comportamento do mercado de trabalho são delineadas, bem como a observância de dois períodos bem demarcados para queda e ascensão da desigualdade no Brasil recente.

Palavras-chave: Desigualdade de renda; Desocupação; Subutilização; PNAD Contínua; Microdados

Abstract

This short note reassesses income inequality evolution for Brazil between 2012 and 2019, as represented by the Gini index for the actual household income from all jobs *per capita* computed from Quarterly Household Survey micro-data. Regularities related to labour market behaviour are drawn, as well as a glimpse of two well-marked periods for the fall and rise of inequality in contemporary Brazil.

Keywords: Income inequality; Unemployment; Underutilisation; Quarterly Household Survey; Micro-data.

JEL Classification: D31; E24; J20.

* Universidade Federal da Bahia, e-mail: fabricio.leite@ufba.br

1. Introdução

O momento para reavaliação da evolução da desigualdade de rendimentos parece oportuno: após uma quebra identificada na tendência de redução da desigualdade e sua reversão para um aumento persistente (17 trimestres consecutivos), nova quebra se vislumbrava nesta tendência de elevação em meados de 2019. Com as mudanças advindas do enfrentamento da pandemia do Covid-19, tanto as referentes à forma de coleta possível pelo IBGE, transformada de presencial à telefônica, com impactos ainda passíveis de avaliação no que tange à captação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), quanto os relacionados a seus desdobramentos efetivos sobre os rendimentos do trabalho e sua desigualdade, figura-se trajetória pouco previsível para 2020.

A característica de reavaliação também nos remete às diversas alterações da base de microdados realizadas pelo IBGE desde o início da divulgação da PNADC, em maio de 2015. Mudanças importantes, anunciadas em setembro de 2016, foram ainda introduzidas, possibilitando a mensuração de subocupação e subutilização da força de trabalho. Algumas tentativas anteriores de análise dos dados trimestrais, com metodologias nem sempre compatíveis, como em Leite (2016), Hoffmann (2017) e Neri (2019) são também acessadas.

Além desta introdução, a próxima seção descreve a metodologia e o tratamento dos dados, a terceira seção apresenta a análise das medidas de desigualdade propriamente ditas e suas tendências e regularidades com relação ao comportamento do mercado de trabalho, enquanto a quarta seção apresenta a conclusão do artigo.

2. Metodologia e tratamento dos dados¹

Nos últimos anos, após o início da divulgação dos dados da PNADC por parte do IBGE e um período de aclimação dos pesquisadores, a avaliação trimestral da desigualdade de renda tornou-se parte da análise de conjuntura no Brasil, estampando, inclusive, as páginas dos jornais de grande circulação. No mais das vezes, esses textos de divulgação derivam do acompanhamento feito pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV). Há, ainda, algumas tentativas de sedimentação desse tipo de análise como em Leite (2016), Hoffmann (2017) e Neri (2019).

¹ Toda a análise a partir dos microdados foi realizada utilizando o R (interface GNU Rkward 0.7.1) em sistema Ubuntu Linux 18.04 LTS.

Considerando-se que, em bases trimestrais, a PNADC é restrita ao rendimento de todos os trabalhos, deixando de fora, grosso modo, os rendimentos provenientes de aposentadorias, pensões, aluguéis, doações, aplicações financeiras e transferências governamentais², há certa preponderância de estudos focados na distribuição de rendimentos de todos os trabalhos da População Economicamente Ativa (PEA) ou apenas entre as pessoas ocupadas (Hoffmann, 2017), ou ainda para a renda do trabalho *per capita*. Outros estudos tentam avançar também para a renda domiciliar *per capita*, alocando os rendimentos do trabalho em cada domicílio e dividindo-os pelo número de componentes do domicílio, ainda que restritos à renda do trabalho (Leite, 2016; Neri, 2019).

Há ainda a questão da escolha entre a renda habitual, aquele rendimento bruto normalmente recebido pelo trabalho, e a renda efetiva, ou seja, o rendimento bruto do mês de referência recebido pelo trabalho. O próprio IBGE (2019c) justifica sua recomendação de uso do rendimento habitual alegando que os rendimentos efetivos de empregadores, trabalhadores por conta-própria e empregados sem carteira apresentam elevada variação, especialmente para aqueles na atividade agrícola, justificativa certamente levada em conta para adoção dessa renda habitual por Neri (2019), por exemplo³. Uma mudança no questionário (IBGE, 2017) válida a partir do quarto trimestre de 2015, aprofundando o escrutínio acerca do recebimento de férias, 13º salário, horas extras, bonificações etc. e potencialmente alterando o padrão das respostas, também pode ser usada como justificativa, uma vez que nada mudou com relação ao rendimento habitual.

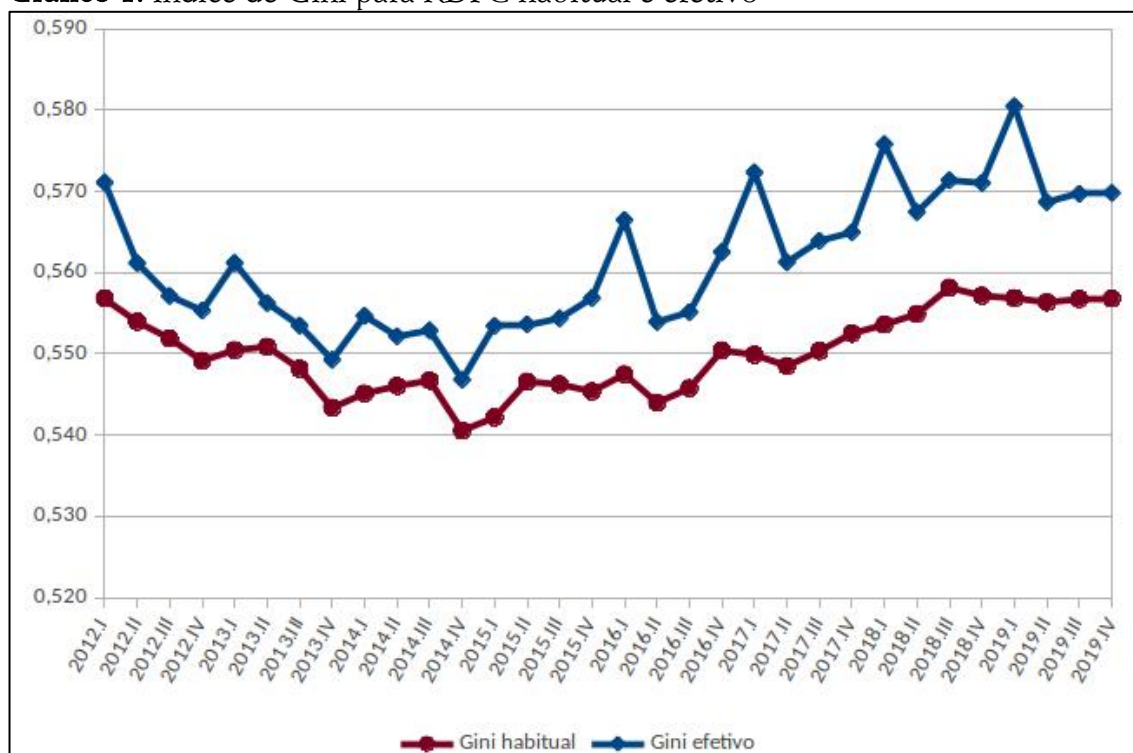
Apesar de concordar com as recomendações do IBGE no contexto de mensurações que abarquem mais de um trimestre e/ou especificamente discriminem por atividade econômica, a opção aqui tomada foi por utilizar os rendimentos efetivos, *a priori* por refletirem, de fato, a condição da remuneração efetiva num dado trimestre, que pode ser nula ou concentrar todos os ganhos anuais, por exemplo. Afinal, a questão a ser respondida quando tratamos de desigualdade de renda não é como diferimos nossos gastos ao longo do ano, mas como fomos remunerados em um período específico. Quanto à quebra no quarto trimestre de 2015, seu efeito está restrito a uma mudança de nível, não sendo capaz

² Tomando-se as massas do rendimento domiciliar per capita de todas as fontes entre os anos de 2016 e 2019 e separando-se os dados relativos à primeira visita por trimestre, o rendimento domiciliar per capita (RDPC) de todos os trabalhos corresponde a algo entre 72,2% e 76,8% do total. Assim, é de se esperar que grande parte das mudanças na desigualdade domiciliar *per capita* para o rendimento de todas as fontes advinha da parcela correspondente ao rendimento de todos os trabalhos.

³ Para uma apresentação de seis distribuições distintas, ver Hoffmann (2019); para uma discussão mais detalhada sobre a utilização do rendimento habitual, ver Hoffmann, Jesus e Almeida (2019).

de gerar uma mudança de tendência. Ademais, quando a evolução da desigualdade é analisada para ambas as séries (Gráfico 1), percebe-se claramente que os rendimentos habituais declarados falham em captar a sazonalidade típica do mercado de trabalho⁴, o que se nota especialmente observando as consequências dos empregos temporários criados no quarto trimestre de cada ano. É como se, por meio do próprio questionário, estivéssemos fazendo uma espécie de tratamento sazonal prévio ao perguntarmos qual o rendimento bruto mensal que a pessoa recebia *normalmente* por esse trabalho e, desse modo, perdêssemos a conexão entre os comportamentos da desigualdade e do mercado de trabalho.

Gráfico 1. Índice de Gini para RDPC habitual e efetivo



Assim, a metodologia aqui adotada, focando somente na distribuição do rendimento domiciliar *per capita* efetivo de todos os trabalhos, torna-se compatível com aquela apresentada por Leite (2016) para o período 2012-2015⁵. O primeiro

⁴ Desse modo, as correlações encontradas entre o índice de Gini e as quatro taxas representativas do mercado de trabalho descritas em parágrafo subsequente são mais baixas em todos os casos utilizando-se o rendimento habitual (VD4019) na comparação com o rendimento efetivo (VD4020).

⁵ Comparando-se os resultados aqui apresentados com os obtidos por Leite (2016), as duas alterações mais abrangentes nos microdados, no concernente ao cálculo da desigualdade da RDPC de todos os trabalhos, referem-se às mudanças nos pesos a partir da reponderação de todos os dados entre 2012 e 2018 em virtude de revisão na projeção da população (IBGE, 2019a), com efeito em maio de 2019, e da introdução de um algoritmo de identificação e tratamento de *outliers* (IBGE, 2019b) nos rendimentos do trabalho que atingiu toda a série, de 2012 a 2019, com mudanças mais pronunciadas com relação aos dados divulgados anteriormente nos trimestres com identificação de um número

passo é a agregação, por domicílio, da variável relativa ao rendimento mensal efetivo de todos os trabalhos (VD4020), desconsiderando-se os casos sem declaração (*missings*) para essa variável e procedendo-se a uma seleção pela V2005 para excluir pensionistas, empregados domésticos e seus parentes. Após a agregação, realiza-se a divisão pelo número de componentes do domicílio (VD2003), obtendo-se, então, uma RDPC para todos os trabalhos, pela sua natureza não restrita aos indivíduos que efetivamente compõem a força de trabalho, mas abrangendo todos aqueles no domicílio. Após a expansão da amostra, realizada com os pesos fornecidos pelo próprio IBGE (V1028), procede-se à ordenação, por ordem crescente de RDPC, e, então, calcula-se o coeficiente de Gini.

Para o cálculo da taxa de desocupação e da taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, utiliza-se a razão entre as pessoas desocupadas (selecionadas pela variável VD4002) e a População na Força de Trabalho (VD4001), no primeiro caso, adicionando-se as pessoas subocupadas (selecionadas pela variável VD4004A a partir do 4º trimestre de 2015 – VD4004 antes disso⁶) no numerador para a taxa combinada. Nos casos da taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial e da taxa composta da subutilização da força de trabalho, as razões são análogas às apresentadas acima, necessitando-se acrescentar, respectivamente, tanto no numerador quanto no denominador, aqueles que não compõem a força de trabalho (novamente a partir de VD4001), mas que compõem a força de trabalho potencial (VD4003).

3. Evolução da desigualdade

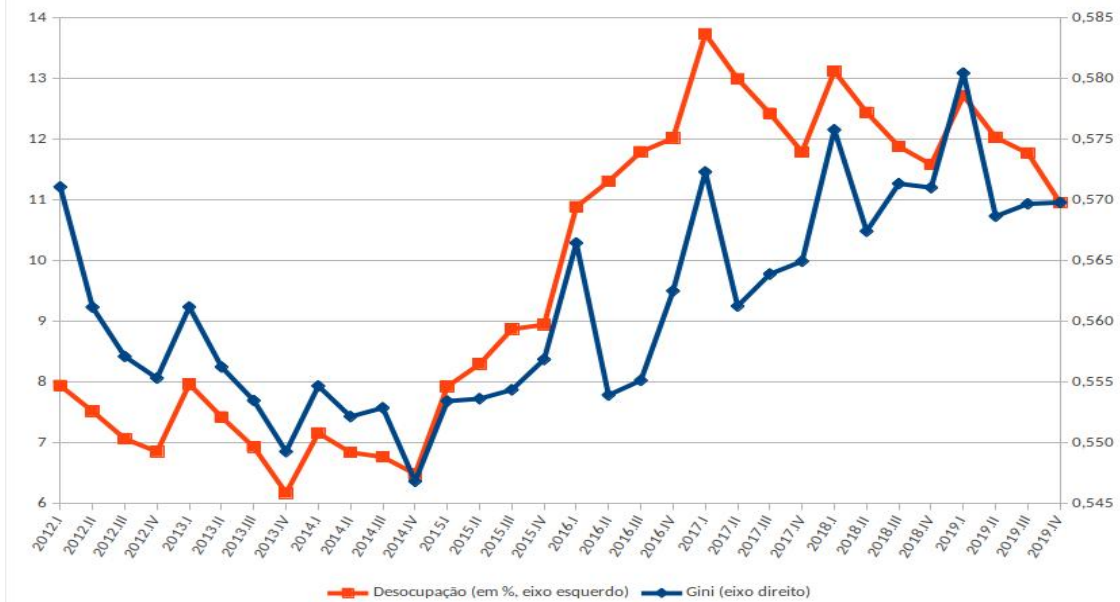
Começando por descrever o padrão sazonal congênere ao do mercado de trabalho, devemos destacar o comportamento do início da série até o primeiro trimestre de 2014, para a taxa de desocupação e para o índice de Gini, quando quedas na desocupação e na desigualdade ao longo do ano eram interrompidas pelo aumento no primeiro trimestre de cada ano (Gráfico 2). Após certo descolamento

maior de *outliers*. No caso da primeira mudança, observamos diferenças não superiores a 0,0004, sempre no sentido de uma redução do índice de Gini estimado. Para a segunda, também observamos reduções na desigualdade captada, com diferenças tipicamente sendo inferiores a 0,0008, apesar de termos 0,0018 no segundo trimestre de 2013, 0,0040, 0,0051 e 0,0011 entre o segundo e o quarto trimestres de 2014 e diferenças entre 0,0028 e 0,0048 no período que abrange os últimos trimestres de 2016 e 2017.

⁶ Com possível quebra na série, pois a VD4004A refere-se à subocupação por insuficiência de horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos enquanto a VD4004 referia-se à subocupação por insuficiência de horas efetivamente trabalhadas em todos os trabalhos.

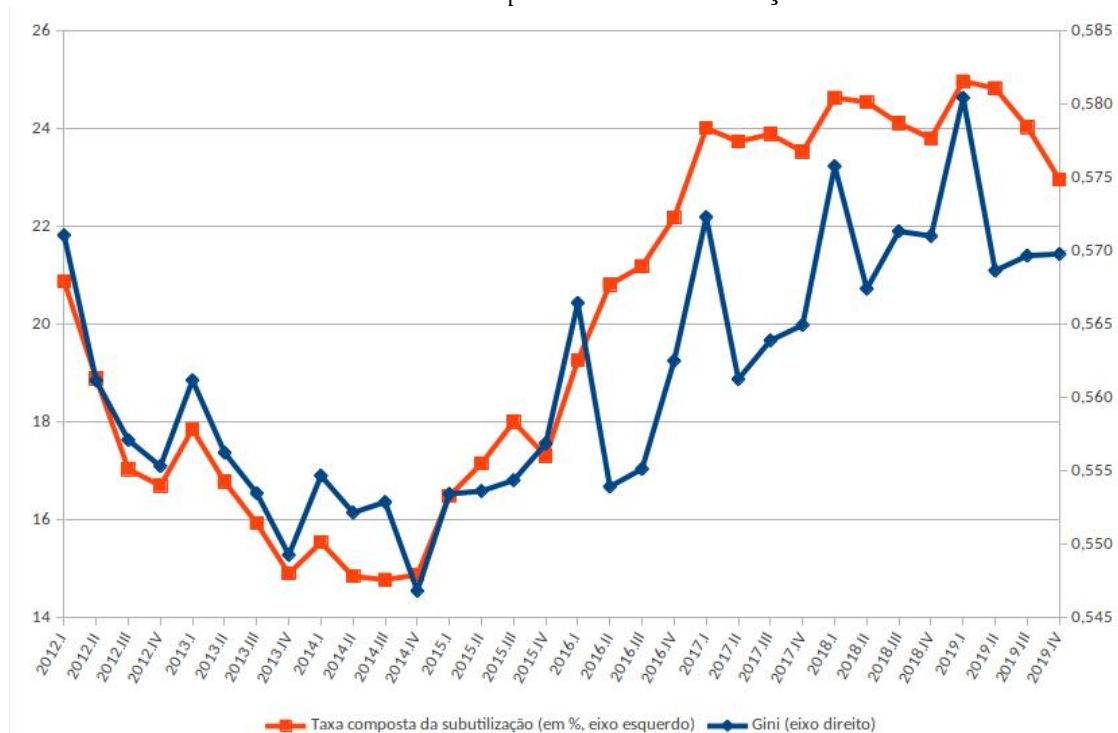
(Leite, 2016), um retorno gradual ao padrão sazonal pode ser observado entre 2017 e 2019, porém, num contexto de alta tendencial da desigualdade com picos nos primeiros trimestres, apesar de queda tendencial da desocupação.

Gráfico 2. Índice de Gini e taxa de desocupação



Após o início da divulgação de novos indicadores (IBGE, 2016) para o mercado de trabalho, com novas variáveis disponibilizadas pelo IBGE desde novembro de 2016, explicações potencialmente mais apropriadas poderiam ser encontradas para a relação entre o mercado de trabalho e a desigualdade de rendimentos. De fato, tomando todo o período 2012-2019, a correlação entre o Gini e as taxas representativas para o mercado de trabalho é menor quando levamos em conta a tradicional taxa de desocupação (0,74), crescendo ao incluirmos a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (0,84); também o acréscimo da força de trabalho potencial fornece uma correlação mais forte (0,81), que atinge seu maior valor dentre as quatro taxas calculadas ao tomarmos a taxa composta da subutilização da força de trabalho (0,86), na qual temos a População na Força de Trabalho Ampliada no denominador e a soma de desocupados, subocupados por insuficiência de horas e força de trabalho potencial no numerador (Gráfico 3). Nesse caso, do início de 2017 a meados de 2019 também observa-se tendência de alta na taxa composta da subutilização comparando-se iguais trimestres de cada ano, com os mesmos picos sazonais a cada primeiro trimestre.

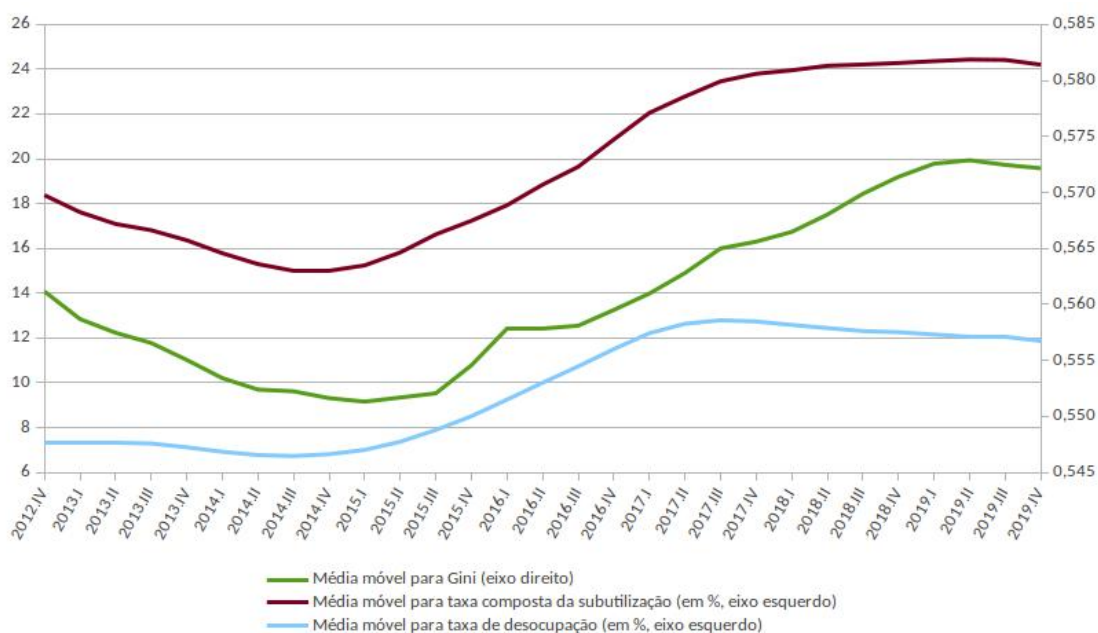
Gráfico 3. Índice de Gini e taxa composta da subutilização



Quanto ao relativo descolamento das séries, com perda do padrão sazonal mais bem demarcado até 2014, observa-se que parte da explicação encontrada em Leite (2016) permanece válida: empregados no setor privado giram em torno dos 44,5 milhões no início da série, chegam perto dos 47 milhões em meados de 2014 e iniciam 2019 em menor número que os 44,5 milhões iniciais, atingindo 45,5 milhões no último trimestre de 2019. Trabalhadores por conta própria iniciam a série na faixa dos 20,5 milhões, passam de 22 milhões somente em meados de 2015 e ao fim de 2019 já passam dos 24,5 milhões – no quarto trimestre de 2019, a renda média dos trabalhadores por conta-própria equivalia a 86,4% daquela obtida pelos empregados do setor privado (77,9% se a comparação se restringe aos empregados do setor privado com carteira de trabalho assinada).

Comparando-se as trajetórias para as médias móveis (acumuladas em quatro trimestres) das taxas de desocupação e de subutilização (Gráfico 4) e, desse modo, tirando de foco a questão da sazonalidade, também podemos constatar a maior aderência para a taxa composta da subutilização da força de trabalho, inclusive no que tange à redução ao final do período, somente observada em meados de 2019 tanto para o Gini quanto para a subutilização, em contraste com a queda da taxa de desocupação, iniciada já em fins de 2017. De fato, a correlação entre as séries das médias móveis da subutilização e do Gini é de 0,95, frente 0,84 quando tomada a desocupação.

Gráfico 4. Médias móveis para o Índice de Gini e as taxas de desocupação e de subutilização



Especificamente para a média móvel do índice de Gini, convém destacar os dois períodos bem demarcados para queda e ascensão da desigualdade no Brasil recente. Considerando que perdemos os três primeiros trimestres da série ao calcularmos a média móvel para os acumulados em quatro trimestres, observamos uma trajetória de queda iniciada na comparação do primeiro trimestre de 2013 com o quarto trimestre do ano anterior e finalizada no primeiro trimestre de 2015, totalizando 9 trimestres consecutivos de queda⁷. Desse primeiro trimestre de 2015 até o segundo trimestre de 2019 observamos uma elevação ininterrupta da desigualdade, o que totaliza 17 trimestres⁸. Desse modo, os períodos de queda e ascensão da desigualdade são também coerentes com a dinâmica da taxa composta da subutilização, cuja média móvel antecipa a reversão da queda para a alta em um trimestre e coincide exatamente para o final do ciclo de alta no terceiro trimestre de 2019.

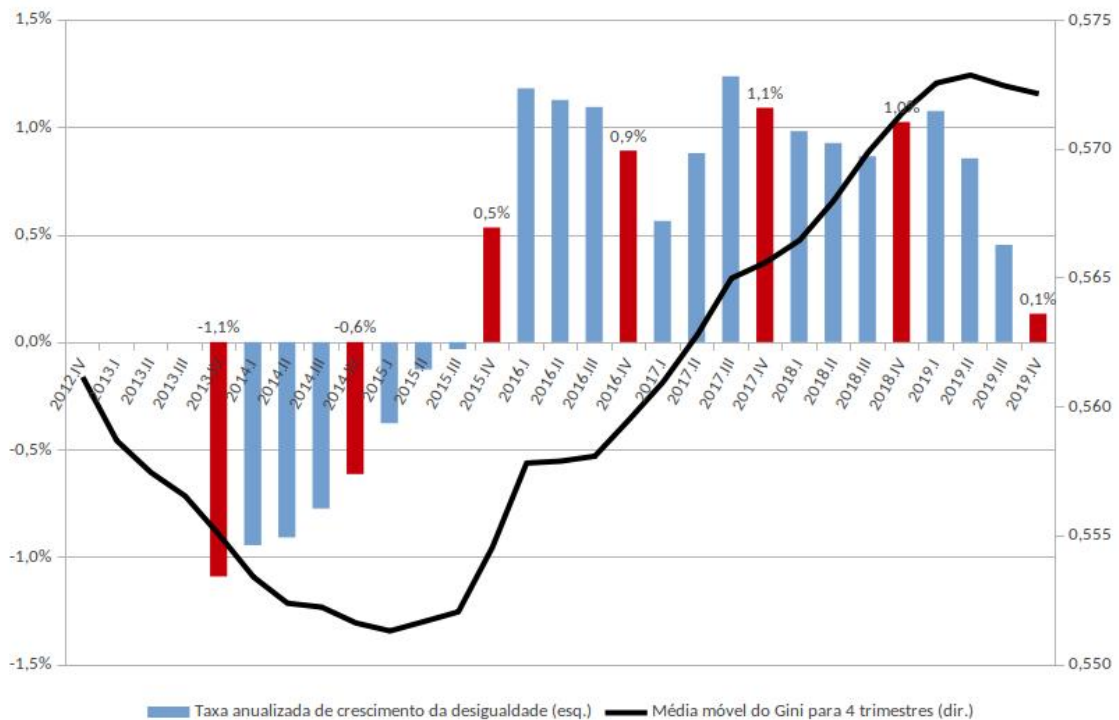
As taxas de crescimento no Gráfico 5 referem-se à comparação entre as médias móveis de um trimestre com relação ao mesmo trimestre do ano anterior, de modo que, ao encerrar-se um ano (em vermelho), temos a média do índice de

⁷ Lembrando que diversas análises para a PNAD anual apontam queda da RDPC de todas as fontes desde 2001 até 2015. Para uma referência recente, que inclui os dados anuais para os rendimentos de todas as fontes da PNADC entre 2012 e 2019, demarcando também o ano de 2015 para o final da queda da desigualdade, ver Hoffmann (2020).

⁸ Esse período de ascensão coincide com o apresentado por Neri (2019) com base em cálculo para a RDPC habitual de todos os trabalhos.

Gini de cada ano comparada à média do ano anterior. Assim, a maior queda do índice de Gini se deu em 2013 (-1,1%) e a maior alta se deu em 2017 (1,1%).

Gráfico 5. Média móvel e taxa de crescimento anualizada para o Índice de Gini



No gráfico 6 estão expostas as séries para médias móveis da RDPC média real (corrigida pelo IPCA do mês central de cada trimestre) e duas subdivisões, separando a RDPC média para os relativamente ricos e os relativamente pobres. Ao fazermos essa delimitação, como proposto por Hoffmann (2001, 2006), encontramos que o percentil 78 separa⁹ esses dois grupos para quase toda a série da RDPC – aproximadamente, encontramos o percentil 78 a partir de $(1+Gini)/2$ para a maior parte dos trimestres e também para a média das medidas de desigualdade, tornando-o uma aproximação razoável. Por definição, pequenos aumentos na renda dos relativamente ricos elevam a medida de desigualdade e pequenos aumentos na renda dos relativamente pobres reduzem tal medida.

⁹ Deve-se ter em mente que a renda que demarca tal limite é muito baixa no caso do Brasil. A linha que delimita os relativamente ricos para o quarto trimestre de 2019 era de R\$1500, sendo que, se a RDPC para o Brasil apresentava uma média de R\$1265, a RDPC média para os relativamente ricos era de R\$3500, enquanto era de somente R\$585 para os relativamente pobres.

Gráfico 6. RDPC dos relativamente ricos e pobres nos períodos de queda e ascensão da desigualdade



A base está ajustada para 100 no início de cada um dos subperíodos de queda e ascensão da desigualdade. No subperíodo de queda da desigualdade, à exceção do último trimestre, a RDPC geral apresenta elevação, com a RDPC dos relativamente pobres crescendo mais do que a RDPC dos relativamente ricos, como esperado. No último trimestre, ainda há crescimento da RDPC dos mais pobres, com leve queda da RDPC agregada e queda um pouco mais pronunciada da RDPC dos mais ricos, o que também reduz a desigualdade. Para o subperíodo de elevação da desigualdade, temos todos os casos possíveis para conformar o aumento da desigualdade: no início do período temos a RDPC dos mais pobres caindo mais que a RDPC dos mais ricos; segue-se uma elevação da renda dos mais ricos concomitante à redução na renda dos mais pobres, a qual então passa a crescer num ritmo inferior ao apresentado pela renda dos mais ricos; há uma reversão para três trimestres de queda generalizada, com a renda dos mais pobres caindo mais do que a renda dos mais ricos e então recuperação do crescimento somente para a renda dos mais ricos; a partir de meados de 2017, a RDPC dos mais pobres volta a crescer, porém, num ritmo inferior ao do crescimento da RDPC dos relativamente ricos.

4. Conclusão

Reavaliando a evolução da desigualdade de renda no Brasil entre 2012 e 2019, conforme representada pelo índice de Gini para o rendimento domiciliar *per capita* efetivo de todos os trabalhos, o presente estudo justificou a adoção do rendimento efetivo, em detrimento do rendimento habitual, pela sua maior aderência ao comportamento de variáveis representativas do mercado de trabalho, dentre as quais se destacou a taxa composta da subutilização da força de trabalho. Enfatizou-se, ainda, a elevação ininterrupta da desigualdade entre o primeiro trimestre de 2015 e o segundo trimestre de 2019, demarcando-se um período que totaliza 17 trimestres de alta, ocorrido após queda da desigualdade desde 2001 observada a partir de análises anteriores que utilizam dados anuais. Um período de

nova queda da desigualdade parecia ter início desde meados de 2019, com retomada, ainda que incipiente, no mercado de trabalho. Teremos que aguardar, no entanto, os desdobramentos provenientes do enfrentamento da pandemia do Covid-19 para que possamos afirmar qualquer coisa com relação a uma nova tendência definida para a desigualdade de renda no Brasil.

Referências

- Hoffmann, R. (2001), "Effect of the rise of a person's income on inequality", *Brazilian Review of Econometrics*, 21(2), p. 237-262. <http://dx.doi.org/10.12660/bre.v21n22001.2751>
- Hoffmann, R. (2006), "Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005", In: Barros, R. P., Foguel, M. N. e Ulyssea, G. (orgs.) *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*, v. 1. Brasília: Ipea. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Cap_01_QuedaDesigualdadedaDistribuicao.pdf>
- Hoffmann, R. (2017), "Distribuição da renda na crise: dados trimestrais de 2012 a 2016", *Texto para Discussão IEPE/Casa das Garças*, 39. Disponível em <<https://www.dropbox.com/s/ktivbgrwf8c7yk2/RHT1216c.pdf?dl=0>>
- Hoffmann, R. (2019), "Distribuição da renda, Brasil, 2017", *Texto para Discussão IEPE/Casa das Garças*, 46. Disponível em <<https://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2019/02/RDABR17K.pdf>>
- Hoffmann, R. (2020), "Distribuição da Renda Domiciliar Per Capita no Brasil, 2012 a 2019 e 1995 a 2015", *Texto para Discussão IEPE/Casa das Garças*, 59. Disponível em <<https://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2020/05/RDPC1995-2019.pdf>>
- Hoffmann, R., Jesus, J. G., Almeida, S. S. P. (2019), "A distribuição da renda no Brasil conforme a PNAD: 1995-2017", *Texto para Discussão IEPE/Casa das Garças*, 45. Disponível em <<https://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2018/08/PNAD9517H-1.pdf>>
- IBGE (2016), "O IBGE informa que divulgará novos e importantes indicadores do Mercado de Trabalho Brasileiro", *Nota Técnica* 01/2016. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_012016.pdf>

- IBGE (2017), “Alteração na forma de captação do rendimento efetivo de trabalho na PNAD Contínua”. Disponível em <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_A mostra_de_Domicilios_continua/Anual/Notas_Tecnicas/Nota_Tecnica_Alt eracao_na_forma_de_captacao_do_rendimento_efetivo_de_trabalho_na_P NAD_Continua.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Notas_Tecnicas/Nota_Tecnica_Alt eracao_na_forma_de_captacao_do_rendimento_efetivo_de_trabalho_na_P NAD_Continua.pdf)>
- IBGE (2019a), “Estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD Contínua e reponderação de 2012 a 2018”. Disponível em <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_A mostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Estimativas _da_populacao_para_o_calculo_dos_pesos_para_a_expansao_da_amostra _da_PNAD_Continua_e_reponderacao.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Estimativas _da_populacao_para_o_calculo_dos_pesos_para_a_expansao_da_amostra _da_PNAD_Continua_e_reponderacao.pdf)>
- IBGE (2019b), “Revisão da série de rendimentos do trabalho da PNAD Contínua: Identificação e tratamento de rendimentos *outliers* na série 2012/2019 e revisão de valores repetidos na base de 2014”. Disponível em <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_A mostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Revisao_da _serie_de_rendimentos_do_trabalho_da_PNAD_Continua.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Revisao_da _serie_de_rendimentos_do_trabalho_da_PNAD_Continua.pdf)>
- IBGE (2019c), “Sobre a composição da variável renda domiciliar per capita utilizada na construção e análise da distribuição dos rendimentos na PNAD Contínua”. Disponível em <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_A mostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Sobre_defin icao_e_analise_da_distribuicao_de_renda.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Sobre_defin icao_e_analise_da_distribuicao_de_renda.pdf)>
- Leite, F. P. (2016), “Desigualdade e conjuntura: quatro anos de dados trimestrais da PNAD Contínua (2012-2015)”, *Brazilian Keynesian Review*, 2(1), p. 132-140. <https://doi.org/10.33834/bkr.v2i1.50>
- Neri, M. (2019), *A escalada da desigualdade – qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza?* Rio de Janeiro: FGV Social. Disponível em <<https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/A-Escalada-da-Desigualdade-Marcelo-Neri-FGV-Social.pdf>>